



ENERGY EFFICIENCY WATCH

Políticas de Eficiência Energética na Europa

Análise de Planos de Ação e de Políticas Nacionais para a Eficiência Energética em Estados Membros da UE em 2014



Relatório Nacional



Portugal



Co-funded by the Intelligent Energy Europe Programme of the European Union

Pontos Chave e Recomendações

Este relatório é um de 28 Relatórios Nacionais publicados em 2015 pelo Projeto de Vigilância Energética (Energy Efficiency Watch - EEW). Este relatório

- 1) aborda as alterações em políticas implementadas desde 2011 por Estados Membros da UE (Member States - MS) e os seus respetivos planos, com base nos Planos de Ação Nacionais para a Eficiência Energética (National Energy Efficiency Action Plans - NEEAP) publicados em 2014 e em outros documentos oficiais, assim como
- 2) a avaliação que foi recebida pela pesquisa quantitativa e entrevistas especialistas sobre a forma como a implementação de políticas é realmente feita (ver mais em www.energy-efficiency-watch.org).

Com base nestes resultados, oferece também recomendações sobre a forma como as políticas de eficiência energética setoriais e globais de Portugal poderão ser adicionalmente melhoradas.

Avaliação dos Achados

Tanto a análise NEEAP como as entrevistas com especialistas pintam um quadro relativamente pessimista relativamente ao progresso nas políticas portuguesas de eficiência energética. A maioria dos especialistas acredita que o grau de ambição das políticas de eficiência energética portuguesas é “relativamente baixa” (26%) ou “ambiciosa em alguns setores” (34%). Para além disso, dois terços destes especialistas acham que a meta para os “Edifícios de Quase Zero Energia” (nearly Zero Energy Buildings - nZEB) dificilmente será alcançada.

Progresso Setorial

O progresso setorial das políticas é como se segue:

- Relativamente à infraestrutura global de governação de eficiência energética, a análise da documentação revelou que o governo realizou alguns avanços graduais desde 2011. O seu objetivo de reduzir o consumo energético em 25% até 2020 (ainda) continua a ser o foco fundamental durante um futuro próximo. O regime de contratação pública responsável pelos contratos de poupança energética entre a gestão pública e as empresas de serviços energéticos (ESCO) foi prolongado. Para salvaguardar a qualidade dos serviços prestados resultantes do regime de contratação pública acima mencionado, o governo lançou um sistema de registo e de qualificação em 2012 que define os requisitos para as ESCO. Os especialistas acreditam que o governo estabeleceu as condições certas para o estabelecimento de um mercado de ESCO. O IVA português sobre a energia vendida aumentou de 6% para 23%, o que deverá promover gastos energéticos mais racionais, sendo assim considerado como uma força motriz para a eficiência energética nos utilizadores finais de maior porte (por ex. municípios, empreendimentos industriais). Admitidamente, para agregados familiares vulneráveis e de baixos rendimentos, esta política é bastante problemática. Fundos de eficiência energética continuam a ser mobilizados de maneira a proporcionar financiamento para projetos de eficiência energética. Relativamente à meta do Artigo 7º da Diretiva de Eficiência Energética (Energy Efficiency Directive - EED), Portugal optou pela abordagem alternativa. Porém, existe uma obrigação para indústrias com intensivos gastos energéticos reduzirem os seus consumos energéticos (consoante do consumo energético anual).
- No **setor público**, o governo português comprometeu-se recentemente com o objetivo de melhorar a eficiência energética em 30% no ano de 2020. Edifícios de serviço público devem atingir pelo menos a classe energética B. Para além disso, a regulamentação para iluminação pública e novos critérios ambientais e de eficiência energética para transportes deverão contribuir para a economização de energia no setor público. Conforme mencionado anteriormente, os projetos ESCO são facilitados por meio do regime de contratação pública. De acordo com especialistas, houve progressos na implementação de projetos ESCO. Apesar destas observações positivas, os especialistas acreditam que o financiamento continua a ser

um dos assuntos mais desafiadores para o setor público. Considerando o papel exemplar dos edifícios públicos, os entrevistados estão muito pessimistas – 55% acreditam que não houve progresso nenhum desde 2011.

- Para os interiores de **edifícios residenciais**, quase nenhum progresso foi identificado pela análise NEEAP. O sistema de certificação energética para edifícios (SCE) obrigatório deve ser considerado como um desenvolvimento positivo – os edifícios que são alugados ou vendidos são obrigados a possuir certificado energético. Há também novas exigências para o processo de seleção de especialistas para certificação energética em edifícios e para a instalação de equipamento de acordo com o programa SCE. Encontram-se mobilizadas várias ferramentas de informação para investidores, tais como *Operation E* ou *Energy At Home*. Pelo lado negativo, convém salientar que foi abandonada a dedução fiscal para equipamentos eficientes em edifícios. Para além disso, a avaliação NEEAP sugere também que nem os instrumentos de financiamento, projetos de demonstração ou medidas de educação e de formação para a criação de profissionais, parecem participar na estratégia de eficiência energética de Portugal para edifícios residenciais. Os especialistas notam que existe um mecanismo contínuo de financiamento que, por ex., apoia a substituição de janelas; porém, este financiamento é de um valor muito pequeno.
- Com base na análise da documentação, o governo aparenta retroceder bastante no setor dos eletrodomésticos. Campanhas informativas, com o objetivo de dissuadir as pessoas de adquirirem novos e ineficientes eletrodomésticos, foram abandonados. Enquanto algumas medidas se encontram atualmente a decorrer, as políticas de educação e de formação para pessoal retalhista continua a constituir um campo que se mantém fora da mira do governo.
- Relativamente ao **setor industrial, agrícola e dos serviços**, as políticas são bastante estáveis. O sistema de gestão que facilita a eficiência energética em diferentes setores operacionais/industriais é contínuo, assim como os vínculos das auditorias energéticas às instalações de utilização energética intensiva. A eficiência energética nos setores agrícolas recentemente procura atualizar os equipamentos agrícolas e de silvicultura, melhorar as estações de bombagem e sistemas de irrigação, e levar a cabo pesquisas e auditorias das atividades no setor. O programa inclui também incentivos financeiros.
- Com respeito às políticas de eficiência energética no **setor dos transportes**, a investigação dos especialistas mostra que o apoio global para veículos elétricos (EV) diminuiu. Uma maioria de 56% dos especialistas acha que não foi feito “nenhum progresso” nos anos anteriores, sendo que a análise da documentação mostra que o governo procura melhorar a rede de estações de carregamento através do programa de Mobilidade Elétrica. Para além disso, o governo pretende também apoiar o transporte por bicicleta.

Recomendações

Melhorias adicionais ao pacote de políticas poderão incluir o seguinte:

- Desenvolver uma **infraestrutura global de governação de eficiência energética** mais abrangente; as políticas não deverão ser remodeladas sempre que houver uma mudança de governo. Um esquema de obrigatoriedade ao nível da eficiência energética poderá conduzir a poupanças energéticas significativas, em combinação com medidas alternativas. Para além disso, Portugal tem uma boa infraestrutura legislativa para estabelecer um mercado de ESCO mas os bancos não estão dispostos a investirem em projetos de eficiência energética. Sendo assim, os bancos deverão ser considerados como participantes fundamentais no mercado dos serviços energéticos.
- Para o **setor público**, parece crucial tornarem-se modelos para outros setores e utilizadores finais. O governo deve acionar fontes de financiamento adicionais (para além da promoção de contratações de ESCO).
- Relativamente ao **setor dos edifícios residenciais**, deverão ser definidos incentivos financeiros como apoio para donos de edifícios. Para além disso, projetos demonstrativos poderão ter um elevado valor informativo adicional perante os utilizadores finais.

- Com respeito a **eletrodomésticos**, o governo deverá reintroduzir campanhas informativas para informar os utilizadores finais das vantagens dos eletrodomésticos eficientes do ponto de vista energético. Educação e formação para pessoal retalhista podem contribuir para informar os utilizadores finais sobre a eficiência energética.
- No **setor terciário e setor industrial**, os gestores energéticos poderão ser altamente valiosos na constante procura de novas oportunidades de poupança de energia. O governo poderá proporcionar incentivos para dar início à definição de tais gestores. Para além disso, medidas para o financiamento de eficiência energética poderão também contribuir para poupanças energéticas no setor, por ex. através de fundos estruturados ou de incentivos financeiros. A atual abordagem para obrigar as empresas de utilização energética intensiva a reduzirem consumos energéticos deverá continuar a ser desenvolvida como esquema obrigatório para a eficiência energética, de acordo com o Artigo 7º, EED.
- Para o **setor dos transportes**, é essencial introduzir esquemas de financiamento para incentivar a compra de automóveis eficientes do ponto de vista energético.

Desenvolvimentos de Políticas de acordo com Documentos Oficiais

As seguintes tabelas apresentam 1) as políticas que foram implementadas em 2011, em Portugal e 2) as alterações em políticas após o ano de 2011. As políticas listadas resultam de uma análise da documentação. Principalmente, a análise leva em conta o segundo e terceiro NEEAP assim como as comunicações respeitantes aos Artigos 4º, 5º e 7º da Diretiva de Eficiência Energética para alcançar resultados significativos. A base de dados Odyssee Mure também tem sido uma valiosa fonte de informação. Consoante a qualidade da informação estipulada nos documentos oficiais, foi analisado se as políticas se encontravam ou não a decorrer, se foram abandonadas/empobrecidas ou se foram melhoradas. Não foi possível avaliar até que ponto estas políticas são bem implementadas nem os resultados que foram alcançados.

As alterações na implementação de cada política são ilustradas com os seguintes símbolos:

- ○ significa que a medida está a decorrer sem alterações significativas,
- ✓ significa que a política é nova,
- X ilustra uma política que foi abandonada,
- ☒ mostra uma política que está a decorrer mas que foi significativamente enfraquecida,
- ☑ apresenta uma política que está a decorrer mas que foi significativamente melhorada.

Infraestrutura Global de Governação de Eficiência Energética

Elemento do pacote de políticas	Políticas implementadas em 2011	Alterações de políticas após o ano de 2011
Objetivos e estratégia em EE a longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> Foram estabelecidos objetivos nacionais para reduzir o consumo energético O Plano Nacional para Alterações Climáticas (National Plan for Climate Change - PNAC) é o primeiro programa com objetivos que visam reduzir emissões de gases de efeito de estufa O Programa de Energia Endógena e de Eficiência Energética E4 (E4 Energy Efficiency and Endogenous Energy Programme) é um conjunto de várias medidas para melhorar a competitividade e proteger a qualidade de vida (por ex. através da redução de emissões) Estratégia Energética Nacional 2020 (National Energy Strategy 2020). Os seus objetivos incluem a segurança do fornecimento de energia, promoção da competitividade e garantia da sustentabilidade ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Portugal possui ainda objetivos nacionais para aumentar a eficiência energética e reduzir a energia primária e energia final (em 25% até 2020) ○ O PNAC encontra-se atualmente a decorrer, um novo plano para 2020 - 2030 está a ser publicamente discutido ✗ O programa E4 e a estratégia nacional 2020 já terminaram ✓ O Plano Promocional para a Eficiência Energética 2013-2014 é um mecanismo de concurso para promover a eficiência face a consumos de eletricidade
Envolvimento de participantes não-governamentais e de mercado, e de autoridades sub-nacionais	<ul style="list-style-type: none"> Regime de Contratação Pública com empresas prestadoras de serviços energéticos promove contratos entre administrações públicas e empresas prestadoras de serviços energéticos 	<ul style="list-style-type: none"> ○ A decorrer
Agências de energia e agências de proteção climática	<ul style="list-style-type: none"> Agência para a Energia (ADENE). O objetivo é promover práticas energéticas que são do interesse público, reunindo todas as entidades pertinentes deste setor e com o envolvimento dos cidadãos Barómetro de Eficiência Energética da Administração Pública é uma ferramenta com a objetivo de comparar e disseminar publicamente o serviço energético de cada ministério. É um mecanismo de disseminação administrado pela ADENE Agência Portuguesa do Ambiente (APA) coordena, por ex., a implementação do PNAC As agências energéticas locais estão ligadas a várias atividades de eficiência energética 	<ul style="list-style-type: none"> ○ As agências, assim como o Barómetro de Eficiência Energética, ainda existem

Elemento do pacote de políticas	Políticas implementadas em 2011	Alterações de políticas após o ano de 2011
Fundos de EE para a coordenação e financiamento globais de políticas e de medidas	<ul style="list-style-type: none"> • Fundo para a Eficiência Energética (FEE) foi desenvolvido para apoiar as medidas NEEAP (desde 2009) • Fundo de Apoio à Inovação (FSI) para projetos em prol da eficiência energética (desde 2009) • Plano para Promover o Consumo Eficiente de Energia Elétrica (Plan to Promote the Efficient Consumption of Electric Energy - PPEC) (desde 2007) • Fundo Português de Carbono (Portuguese Carbon Fund - PCF) procura apoiar projetos cujo objetivo é a redução de emissões de gases de efeito de estufa (desde 2006) • Infraestrutura Nacional de Referência Estratégica (National Strategic Reference Framework - NSRF) inclui fundos estruturais com foco em reabilitação e desenvolvimento urbana sustentável (desde 2007) 	<ul style="list-style-type: none"> • ○ Os fundos para a eficiência energética encontram-se atualmente disponíveis. Para o período de 2013-2014, foram aprovadas 70 medidas no total, submetidas por 29 promotores dentro do PPEC; tenha em atenção que o NSRF foi redenominado e é agora conhecido por Portugal 2020
Esquema de obrigatoriedade em EE para a coordenação e financiamento global de políticas e de medidas	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados 	<ul style="list-style-type: none"> • Portugal notificou que decidiu usar a abordagem alternativa
Condições de infraestrutura favoráveis para serviços energéticos	<ul style="list-style-type: none"> • O regime de contratação pública com empresas de serviços energéticos estabeleceu o regime legal para a criação e execução de contratos do foro energético entre Administrações Públicas e empresas de prestação de serviços energéticos em 2011 	<ul style="list-style-type: none"> • ☑ Sistema de registo e qualificação para garantir a qualidade do serviço prestado (SQESE). Existe desde 2012 e define os requisitos para as ESCO
Tributação energética superior aos requisitos mínimos da UE	<ul style="list-style-type: none"> • Tributação superior aos requisitos mínimos da UE para a eletricidade 	<ul style="list-style-type: none"> • ☑ Aumento do IVA desde a taxa reduzida de 6% para a taxa normal de 23% para gás e eletricidade, mas também para GPL, combustível para transportes rodoviários, etc.
Apoio ao nível da Pesquisa e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados 	<ul style="list-style-type: none"> • ✓ Um fundo de apoio à inovação para apoiar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e o investimento em eficiência energética

Setor Público

Elemento do pacote de políticas	Políticas implementadas em 2011	Alterações nas políticas após 2011
Estratégia do setor público	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorização de consumos energéticos e publicação de resultados (contadores de energia) • Plano de Ação em Eficiência Energética para a Administração Pública - APO.AP introduz um conjunto de atividades para a promoção de medidas de forma a melhorar a eficiência energética em administrações públicas (com o objetivo de alterar comportamentos e de implementar uma gestão racional de serviços energéticos) (implementação iniciada em 2011). <ul style="list-style-type: none"> ○ Medidas ativas: por ex. iluminação, contratação pública, teleconferências ○ Medidas passivas: por ex. instalação de isolamento, zonas com sombra 	<ul style="list-style-type: none"> • ○ A medição de energia está a decorrer. O Contador de Energia faz agora parte do Barómetro de Eficiência Energética da Administração Pública • ○ O Plano de Ação é contínuo • ✓ Objetivos claros do ECO.AP (Eficiência Energética na Administração Pública): O governo tem como objetivo alcançar um aumento de 30% em eficiência energética até 2020 para edifícios e infraestruturas públicas. Foi introduzido um programa de Estado Energético Eficiente global • ☑ O Plano de Ação em Eficiência Energética para a Administração Pública APO.AP tem sido desenvolvido desde 2011. Tem crescido em termos de abrangência e foi agora expandido, numa base voluntária, para incluir a administração local • ✓ Iluminação Pública Eficiente do Ponto de Visto Energético com regulamentação para a iluminação pública
Contratação Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios Verdes para Contratações Públicas foram definidos (como tecnologia LED para semáforos) • Iluminação Pública Eficiente é um guia informativo cujo objetivo é melhorar a eficiência energética na infraestrutura de iluminação pública (regulamentação, análise de custos/benefícios, concursos, sistemas de controlo) • Renovação de Equipamento de Escritório tem como objetivo substituir 200.000 computadores por ano e uma atualização de equipamento informático 	<ul style="list-style-type: none"> • ○ As medidas estão a decorrer • Transporte Estatal mais Eficiente tem como objetivo introduzir critérios ambientais e de eficiência energética nos transportes
Edifícios públicos	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência em Edifícios Residenciais promove a certificação energética para alcançar uma quota parte de 10% para a classe energética B (ou superior) 	<ul style="list-style-type: none"> • ☑ O programa foi redenominado: ECS para Edifícios de Serviço com o objetivo de certificar, até 2020, cerca de metade do número de edifícios de serviço de forma a cumprir com a classe energética B (ou superior)
Apoio ao nível da Pesquisa e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados 	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados

Setor Residencial – Edifícios

Elemento do pacote de políticas	Políticas implementadas em 2011	Alterações nas políticas após 2011
Padrões de Desempenho Energético Mínimos (Minimum Energy Performance Standards - MEPS)	<ul style="list-style-type: none"> • Requisitos mínimos para edifícios residenciais encontram-se em efeito 	<ul style="list-style-type: none"> • <input type="radio"/> A regulamentação sobre o desempenho energético de edifícios residenciais define os requisitos para edifícios residenciais, quer sejam novos ou em processo de renovação. Os requisitos são regularmente atualizados
Outra Regulamentação	<ul style="list-style-type: none"> • Diretiva para a Eficiência de Caldeiras com requisitos e inspeções regulares 	<ul style="list-style-type: none"> • <input type="radio"/> A Diretiva encontra-se em efeito
Concessões, incentivos fiscais	<ul style="list-style-type: none"> • Dedução fiscal para equipamentos eficientes com o objetivo de apelar ao estímulo direto do contribuinte, resultando numa redução em despesas energéticas 	<ul style="list-style-type: none"> • <input checked="" type="checkbox"/> O programa terminou
Instrumentos financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados 	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrada nenhuma informação no documento examinado
Certificados de desempenho energético (Energy performance certificates - EPCs)	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência em Edifícios Residenciais tem o objetivo de certificar 475.000 lares em edifícios novos ou reabilitados até 2015, ou seja, alcançar uma quota parte de 10% para a classe energética B (ou superior) 	<ul style="list-style-type: none"> • <input checked="" type="checkbox"/> O objetivo do programa Eficiência em Edifícios Residenciais foi enfraquecido. O novo objetivo é certificar cerca de 268.000 casas residenciais até 2020 • <input checked="" type="checkbox"/> Sistema de Certificação Energética para Edifícios (Energy Certification System for Buildings - SCE): A Certificação energética é necessária sempre que os edifícios sejam novos, alugados ou vendidos ou sofram grandes intervenções de remodelação. Todos os grandes edifícios com área superior a 100 m² terão que exibir o certificado. Os governos publicam diretrizes que regulam o sistema de Certificação
Conselhos energéticos e auditorias	<ul style="list-style-type: none"> • Existem conselhos energéticos e auditorias sem nenhuma estratégia ou programa global em particular 	<ul style="list-style-type: none"> • <input checked="" type="checkbox"/> Requisitos para o processo de seleção de especialistas em edifícios, para a certificação energética e instalação técnica de edifícios (sob do programa de SCE)
Ferramentas informativa para investidores e utilizadores	<ul style="list-style-type: none"> • Energy at Home organiza campanhas de consciencialização de forma a mudar hábitos e comportamentos de consumo (campanhas, material informativo) • Operation E tem como objetivo aumentar a consciencialização, incluindo alterações em aspetos comportamentais (as medidas incluem: Alteração Comportamental perante a eficiência energética e o mecanismo de disseminação "Barómetro de Eficiência") • Janelas eficientes encorajam a substituição de vidros e de janelas ineficientes. • Isolamento eficiente promove a instalação de isolamento eficiente em edifícios existentes a necessitarem de reparações • Calor Verde pretende encorajar a instalação de permutadores de calor no setor residencial (como alternativa aos meios tradicionais de aquecimento, como lareiras abertas) 	<ul style="list-style-type: none"> • <input type="radio"/> Energy at home está a decorrer • <input type="radio"/> A Operation E é conhecida como Communicate Energy Efficiency e procura dinamizar ações de forma a introduzir alterações nos comportamentos de indivíduos • <input type="radio"/> Janelas eficientes promovem a rotulagem de produtos e fornece uma ferramenta que permite uma comparação adequada do desempenho energético de diferentes equipamentos. Os programas são apoiados pelo fundo que periodicamente abre concursos para estes programas. O orçamento nacional de intervenção previsto foi reduzido • <input type="radio"/> Isolamento eficiente e Calor Verde estão a decorrer
Projetos de demonstração	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados 	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados

Elemento do pacote de políticas	Políticas implementadas em 2011	Alterações nas políticas após 2011
Educação e formação para profissionais da construção	<ul style="list-style-type: none"> Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados 	<ul style="list-style-type: none"> Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados
Apoio ao nível da Pesquisa e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados 	<ul style="list-style-type: none"> Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados

Setor Residencial – Eletrodomésticos

Elemento do pacote de políticas	Políticas implementadas em 2011	Alterações nas políticas após 2011
Padrões de Desempenho Energético Mínimos (Minimum Energy Performance Standards - MEPS)	<ul style="list-style-type: none"> Foi implementada a Directiva Ecodesign 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Não há informação sobre desenvolvimentos relativamente à Diretiva Ecodesign
Incentivos económicos	<ul style="list-style-type: none"> Tributação sobre lâmpadas incandescentes com menor eficiência: Aplicação de um imposto sobre lâmpadas com um baixo nível de eficiência energético Substituição de equipamentos incluindo 3 sub-medidas: Aquisição de equipamento eficiente para refrigeração domiciliária fornece incentivos financeiros para a aquisição de frigoríficos de classe energética superior (A++ e A+) para a substituição de produtos ineficiente (EUR 100 para produtos A++). Programas semelhantes para máquinas de lavar roupa e para iluminação incandescente 	<ul style="list-style-type: none"> <input checked="" type="checkbox"/> A tributação sobre lâmpadas incandescentes já não se encontra a decorrer <input type="radio"/> Os restantes programas estão a decorrer
Rótulos energéticos	<ul style="list-style-type: none"> O Rótulo Energético UE encontra-se em vigor de acordo com a Diretiva UE 2010/30/EC 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> A decorrer
Ferramentas informativas	<ul style="list-style-type: none"> Desincentivar que as pessoas adquiram eletrodomésticos novos ineficientes inclui campanhas informativas para informar utilizadores e investidores Energy at Home é uma campanha informativa com foco em produtos de linha branca, equipamento audiovisual e de entretenimento, e iluminação Operation E tem como objetivo aumentar a consciencialização, incluindo alterações em aspetos comportamentais (as medidas incluem: Alteração Comportamental perante a eficiência energética e o perante o Barómetro de Eficiência Português 	<ul style="list-style-type: none"> <input checked="" type="checkbox"/> O desincentivo para que as pessoas comprem eletrodomésticos novos ineficientes terminou <input type="radio"/> Energy at Home ainda existe <input type="radio"/> A Operation E é conhecida como Communicate Energy Efficiency e procura dinamizar ações de forma a introduzir alterações nos comportamentos de indivíduos

Elemento do pacote de políticas	Políticas implementadas em 2011	Alterações nas políticas após 2011
Educação e formação para pessoal retalhista e outros intervenientes em cadeias de aprovisionamento	<ul style="list-style-type: none"> Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados 	<ul style="list-style-type: none"> Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados
Apoio ao nível da Pesquisa e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados 	<ul style="list-style-type: none"> Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados

Indústria, Setor Terciário e Agricultura

Elemento do pacote de políticas	Políticas implementadas em 2011	Alterações nas políticas após 2011
MEPS e outras normas para equipamento, processos produtivos e produtos	<ul style="list-style-type: none"> Foi implementada a Diretiva Ecodesign 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Não há informação sobre desenvolvimentos relativamente à Diretiva Ecodesign
Poupanças energéticas e alvos de ação para empresas individuais	<ul style="list-style-type: none"> O SGCIE define objetivos vinculativos, considerando potenciais instalações individuais com base numa auditoria obrigatória Indústrias com intensivos gastos energéticos são obrigadas a elaborar e executar Planos de Racionalização Energética (PREn) ao estabelecem objetivos. Até ao final do período, os operadores deverão reduzir o seu consumo energético em função do seu consumo energético anual Dentro da iniciativa Energy at work será mantido o Barómetro de Eficiência Energética, que analisa os gastos energéticos em processos produtivos de forma a promover soluções inovadoras 	<ul style="list-style-type: none"> ○ As medidas estão a decorrer ✓ Medidas transversais incluem motores elétricos, produção de calor e frio, iluminação, eficiência em processos industriais ✓ Para além das medidas transversais, foi identificado um conjunto de medidas específicas com medidas propostas ✓ Eficiência no Setor Agrícola inclui um conjunto de medidas relacionadas com a atualização e renovação de equipamento de agricultura e silvicultura, melhorias em estações de bombeamento e em sistemas de irrigação, assim como a execução de estudos e auditorias das atividades do setor. O programa inclui incentivos financeiros
Sistemas de gestão energética e outras obrigações	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Gestão de Consumos Energéticos Intensivos (Management System of Intensive Energy Consumption - SGCIE) tem como objetivo promover a eficiência energética nos diferentes setores industriais/de operações. Consiste em um sistema que parte de uma auditoria energética que identifica medidas para a poupança energética, ratificadas pela Direção Geral da Energia e incluídas num Acordo (ARCE) válido durante um certo período de tempo (por ex. 8 anos). Qualquer instalação pode seguir o SGCIE, mas fazê-lo é apenas obrigatório para instalações com consumos superiores a 500 tep 	<ul style="list-style-type: none"> ○ O Sistema de Gestão está a decorrer

Elemento do pacote de políticas	Políticas implementadas em 2011	Alterações nas políticas após 2011
Incentivos económicos para investimento	<ul style="list-style-type: none"> • O Acordo para consumo energético (Agreement for energy consumption - ARCE) proporciona aos operadores de instalações isenções em imposto sobre consumos de produtos petrolíferos e energéticos, assim como a possibilidade de solicitar incentivos sobre despesas com auditorias energéticas e em investimentos com equipamento de monitorização e de gestão energética 	<ul style="list-style-type: none"> • <input type="radio"/> A decorrer • <input checked="" type="checkbox"/> Eficiência no Setor Agrícola inclui incentivos financeiros
Apoio financeiro para conselhos e auditorias relacionados com energia	<ul style="list-style-type: none"> • Auditorias energéticas vinculativas, com uma periodicidade de 6 anos em instalações com uma utilização energética intensiva e consumos acima dos 1000 tep/ano. Uma periodicidade de 8 anos para auditorias energéticas é aplicada para instalações com consumo energético entre 500 e 1000 tep/ano. As empresas podem receber uma dedução de 1-50% no custo das auditorias energético obrigatórias 	<ul style="list-style-type: none"> • <input type="radio"/> A decorrer
Rótulagem energética	<ul style="list-style-type: none"> • Directiva de Rotulagem Energética UE 	<ul style="list-style-type: none"> • <input type="radio"/> A Rotulagem Energética UE ainda existe • <input checked="" type="checkbox"/> Sistema de Certificação para edifícios (Energy Certification System for buildings - SCE): A certificação energética é obrigatória. Todos os grandes edifícios com área superior a 100 m² terão que exhibir o certificado. Em 2011 e 2012, foram identificados aprox. 3500 edifícios de serviço dentro do Regulamento para Sistemas Energéticos de Controlo Climático. Um base de dados lista mais de 80.000 edifícios de serviço certificados
Apoio ao nível da Pesquisa e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados 	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi encontrada nenhuma informação nos documentos examinados

Setor dos Transportes

Elemento do pacote de políticas	Políticas implementadas em 2011	Alterações nas políticas após 2011
Instrumentos de planeamento	<ul style="list-style-type: none"> O Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) publicou um manual técnico abrangente para a criação de Planos de Gestão Urbana Sustentável (PGUS), conhecido como “O Pacote de Mobilidade” O PGUS não é obrigatório em Portugal Algumas cidades pioneiras como Almada, Lisboa e Porto desenvolveram os seus PGUS voluntariamente. Por exemplo, em Almada está-se agora a desenvolver o PGUS de 2ª geração que inclui assuntos até então não endereçados, como logística urbana eficiente do ponto de vista energético PNAEE e PNAC incluem também medidas para tornar o setor dos transportes mais eficiente, como a promoção do uso de modos suaves (ou ativos), transportes públicos, veículos elétricos, etc. As cidades maiores, especialmente aquelas localizadas nas 2 maiores áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, desenvolveram uma rede razoável de TP 	<ul style="list-style-type: none"> <input checked="" type="radio"/> Planos de mobilidade e de transporte a nível municipal e regional, com medidas para gerir a mobilidade em empresas e centros (3º NEEAP, pág. 26) <input type="radio"/> Melhorar a eficiência energética dos transportes públicos ao introduzir mini autocarros e serviços de transporte flexíveis, assim como a integração de serviços de táxi <input checked="" type="radio"/> Plano para a Promoção de Bicicletas e Outras Formas de Transporte (2013-2020): soluções de partilha de bicicletas, redes de ciclovias <input type="radio"/> Melhorias em transportes de passageiro sobre carris através de novos concessionários <input checked="" type="radio"/> Mobilidade elétrica com nova promoção (2015), após ter sido abandonada em 2011 (Portugal tem uma rede de cerca 1300 estações públicas de carregamento elétrico, desde 2010, uma das mais abrangentes na Europa)
Instrumentos regulatórios	<ul style="list-style-type: none"> Gestão energética em empresas de transporte e em empresas com frotas próprias Regras de contratação estatal para parques automóveis: renovações de frotas e limites para emissões de CO₂ 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Regulamentação para a gestão de consumos energéticos no setor dos transportes: auditorias que aliviam a intensidade energética ou a redução de consumos específicos (operadores de frotas de transporte e as frotas de transporte pertencentes a empresas)
Incentivos económicos	<ul style="list-style-type: none"> Atualização de automóveis através das seguintes medidas: <ul style="list-style-type: none"> Relançamento do abate de veículos em fim de vida Imposto Verde - revisão do sistema tributário para carros privados Veículos novos mais propícios a poupanças de combustível Subsídios em combustíveis verdes para frotas de transporte e para a adoção do gás natural como combustível Imposto de circulação de mercadorias com base no tamanho do motor e emissões de CO₂ Imposto reduzido sobre biocombustíveis 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Impostos Verdes: diferentes tributações para veículos e imposto de selo com base em emissões específicas de CO₂ Não há informação sobre desenvolvimentos relativamente ao imposto sobre a circulação de mercadorias Não há informação sobre desenvolvimentos relativamente ao imposto sobre biocombustíveis
Informação e conselhos	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de monitorização de regimes de condução amigáveis para o ambiente (para passageiros e carga) Pneus Verdes: Campanhas informativas sobre rotulagem de pressões corretas e de calibragem de pneus 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="radio"/> Promoção de uma condução ecológica pelas operadoras de transporte de passageiros e de bens <input type="radio"/> Pneus Verdes: campanhas informativas sobre rotulagem de pressões corretas e de calibragem de pneus

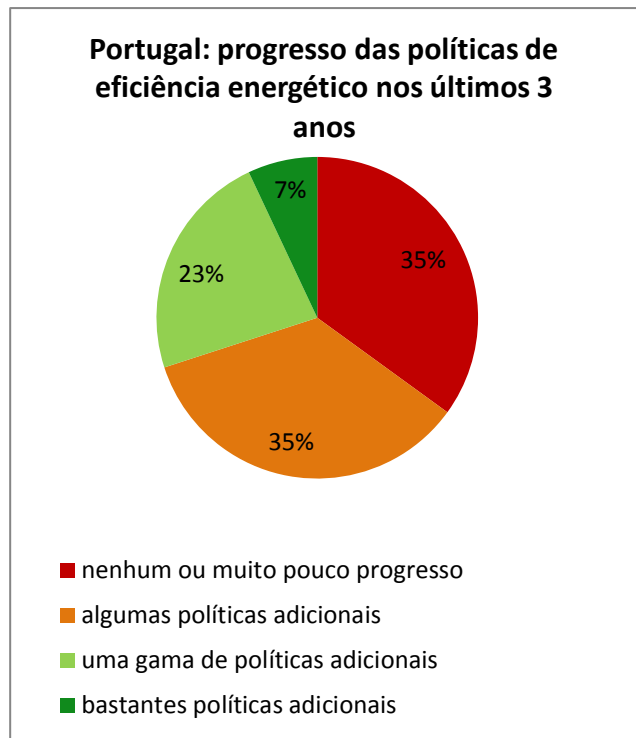
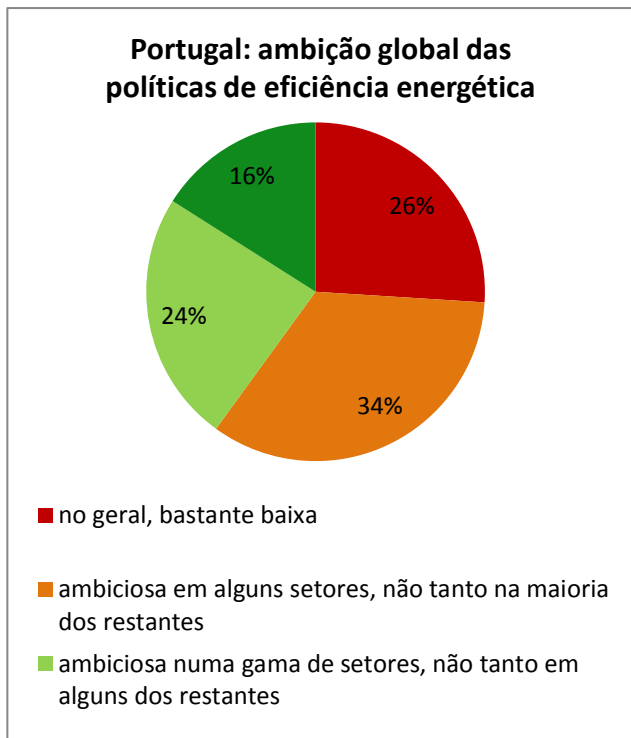
Elemento do pacote de políticas	Políticas implementadas em 2011	Alterações nas políticas após 2011
Apoio ao nível da Pesquisa e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Programa para a Mobilidade Elétrica em Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> • <input type="radio"/> Promover a aquisição de Veículos Elétricos: infraestrutura de carregamento, demonstrar as vantagens dos EV. Foi novamente introduzido em 2015

Desenvolvimentos de Políticas de acordo com a Investigação dos Especialistas

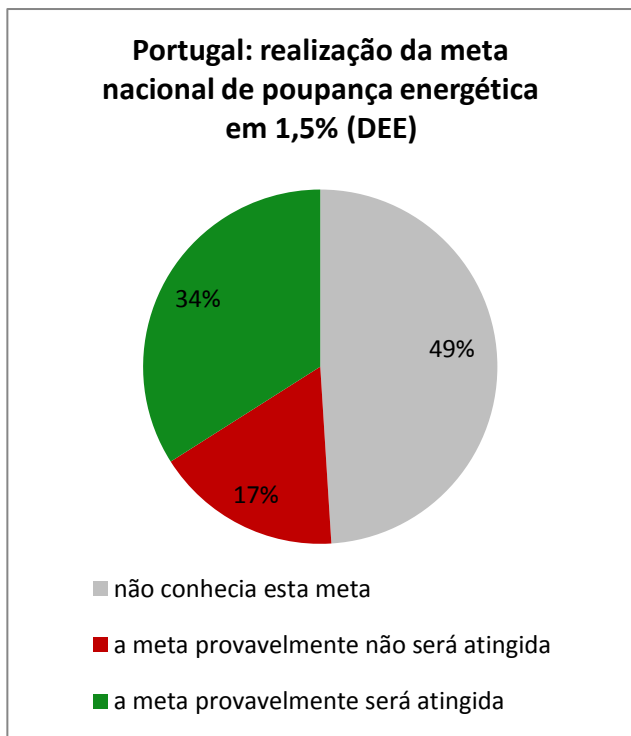
De maneira a proporcionar um quadro mais completo sobre os progressos em termos de eficiência energética, este capítulo recorre à informação obtida através de pesquisas quantitativas e de entrevistas qualitativas. Para cada país avaliado no projeto EEW, foram entrevistados oralmente três especialistas, sendo que participaram 58 especialistas sobre eficiência energética nacionais na pesquisa quantitativa para Portugal. Os especialistas operam no setor empresarial, organizações universitárias/de pesquisa, setor público ou agências energéticas. Todos os seguintes resultados baseiam-se exclusivamente nas avaliações feitas por estes especialistas. Isto inclui também os indicadores nacionais de progresso, que ajudam a comparar o progresso por país e por área de jurisdição de cada política. Foram calculados a partir de cinco perguntas pertinentes da pesquisa quantitativa (ver o questionário em anexo), nomeadamente da pergunta 1 (ambiçao das políticas de eficiência energética), pergunta 2 (progresso nos últimos 3 anos), pergunta 4 (metas para poupanças anuais), pergunta 7 (NZEB miram) e pergunta 8 (melhorias em áreas de políticas energéticas fundamentais). As respostas ponderadas (a resposta mais positiva por 100, a menos positiva por 0).

De acordo com os especialistas portugueses, Portugal está entre os países que progrediram relativamente pouco desde o segundo NEEAP (indicador de progresso nacional: 21 em 28). A taxa de progresso foi significativamente reduzida em comparação com os três anos precedentes (pesquisa de 2012: indicador de progresso nacional: 6 em 27). Este é a segunda diminuição mais significativa de todos os Estados Membros. As opiniões são divididas relativamente à ambição global das políticas de eficiência energética, embora 60% considere que seja bastante baixa ou ambiciosa em apenas alguns setores. 70% dos especialistas consideraram que houve pouquíssimos progressos nas políticas de eficiência energética ou poucas políticas adicionais nos últimos três anos.

Os especialistas relataram que a crise económica e as políticas de austeridade resultantes constituíram barreiras principais no progresso da eficiência energética, inclusive a redução de financiamento por parte dos bancos. No momento da pesquisa, um conjunto de novos programas estava a ser preparado a partir do qual foi antecipado um novo impulso.

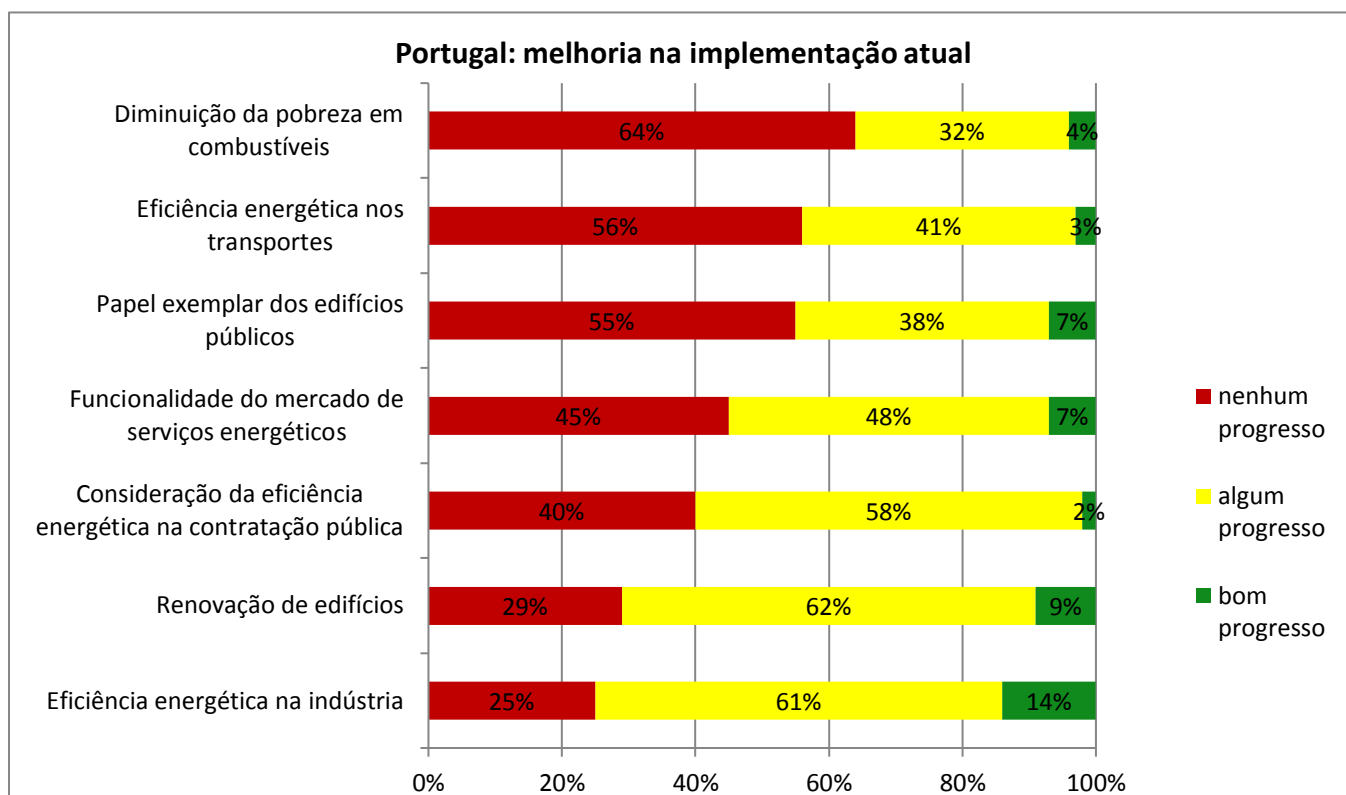


Um terço de entrevistados achou que a meta para poupanças de acordo com a DEE (novas poupanças de 1,5% da energia anual de vendas a consumidores finais) provavelmente será alcançada, embora menos de 20% considere que isto seja improvável. Acima de 60% acreditam que Portugal está muito atrasado no cumprimento da sua obrigação sob o EPBD, em que todos os novos edifícios sejam “Edifícios de Quase Zero Energia” até 2020.



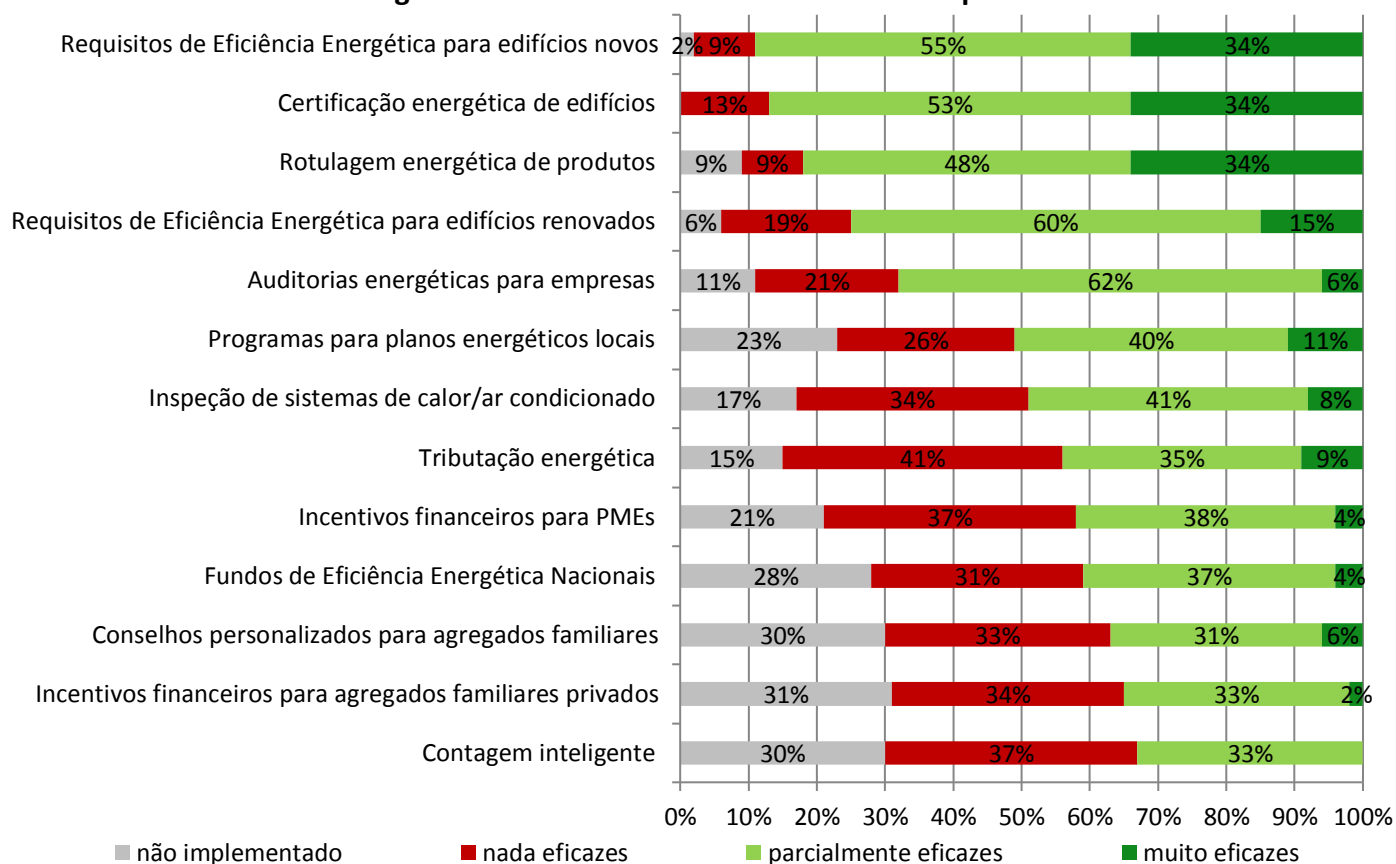
No setor público, a falta de financiamento provocada pela crise financeira é particularmente desafiadora. A avaliação do progresso relativamente ao “papel exemplar dos edifícios públicos” foi dos mais baixos na UE. Porém, foi observado algum progresso na implementação de projetos ESCO por parte dos especialistas.

Os especialistas mencionam a falta de significativos incentivos financeiros dentro do setor residencial e do setor dos serviços.
 No setor dos transportes, os programas de apoio para carros elétricos foram diminuídos.



Relativamente a instrumentos de políticas específicos, os requisitos de eficiência energética para novos edifícios, certificação energética de edifícios e rotulagem energética de produtos são vistos como os mais eficazes pelos especialistas portugueses (avaliados como parcialmente ou muito eficazes em 89%, 87% e 82% respectivamente). Para uma gama de instrumentos, as opiniões estão divididas: percentagens semelhantes de especialistas avaliaram-nos como “parcialmente ou muito eficazes” e “nada eficazes”. A classificação mais alta “nada eficaz” é atribuída à tributação energética (41%). O nível percebido de eficácia para “incentivos financeiros a agregados familiares privados” foi entre os mais baixos da UE.

Portugal: eficácia de diferentes instrumentos de políticas



Boas Práticas

Em 2012, o governo de Portugal implementou planos de ação para eficiência energética em administrações públicas (Eficiência energética na administração pública; ECO.AP) cobrindo um conjunto de medidas geralmente consideradas de forma a baixar o consumo energético em edifícios. Em particular, destacam-se quatro ferramentas ECO.AP. Um gestor energético tem que ser nomeado para estabelecer planos de ação para eficiência energética, que deverão estar em linha com o objetivo global do governo em aumentar a eficiência energética nos edifícios públicos em 30%. As melhores práticas e as lições aprendidas deverão ser publicadas para que os gestores energéticos nomeados consigam aprender com os seus colegas.

Uma tarefa crítica de gestores energéticos é desenvolver contratos com as ESCO de forma a aplicar o investimento em eficiência energética e aceder às poupanças de energia a longo prazo. Contratos com as ESCO são uma solução ideal para Portugal não forçar demais as receitas públicas - dadas as dificuldades económicas que Portugal atravessou durante a crise financeira global.

Através da ECO.AP, o governo conseguiu poupar 1016 TEP em energia final até à publicação do segundo NEEAP.

Isenção de Responsabilidade

A exclusiva responsabilidade pelo conteúdo deste documento pertence aos seus autores. O texto não reflete necessariamente a opinião da União Europeia. Nem o EASME nem a Comissão Europeia são responsáveis por qualquer utilização da informação aqui contida. A análise aqui realizada é quase exclusivamente baseada na informação estipulada nos NEEAP. Por conseguinte, uma baixa classificação para quaisquer dos critérios analisados poderá também dever-se a um NEEAP com falta de informação detalhada. Para além disso, foram consultados especialistas nacionais para a revisão dos relatórios de alguns países. Porém, não haviam especialistas disponíveis para todos os relatórios nacionais e uma análise completa das políticas e medidas apenas foi possível para um número limitado de relatórios. O objetivo desta avaliação não é uma revisão absoluta das políticas entre Estados Membros, mas sim o foco nas condições individuais de cada Estado Membro.

O Projeto

O Projeto de Vigilância Energética tem como objetivo facilitar a implementação da Diretiva de Eficiência Energética, mas também a das políticas relacionadas como a Diretiva de Desempenho Energético em Edifícios (EPBD) e a Diretiva Ecodesign (ErP) a nível nacional, mas também a nível regional e local. Este relatório nacional mostra o progresso realizado na implementação de políticas de eficiência energética nacionais identificadas por uma análise NEEAP e por um estudo efetuado por especialistas ao longo de toda a UE.

www.energy-efficiency-watch.org

Os Autores

Stefan Thomas, Felix Suerkemper, Thomas Adisorn, Dorothea Hauptstock, Carolin Schäfer-Sparenberg, Lena Tholen, Florin Vondung (Instituto Wuppertal)

Daniel Becker, Lucie Tesniere, Charles Bourgault, Sonja Förster (Ecofys)

Christiane Egger (O.Ö. Energiesparverband)

com contribuições de

Reinhold Priewasser, Michaela Kloiber (Universidade de Linz), Nils Borg (ecee), Dominique Bourges (Fedarene), Peter Schilken (Energy Cities)

Lista de Abreviaturas

EE – Energy Efficiency, **EED** – Energy Efficiency Directive, **EPC** – Energy Performance Certificates, **EPBD** – Energy Performance of Buildings Directive, **ESCO** – Energy Service Company, **EU** – European Union, **EEW** – Energy EfficiencyWatch, **MEPS** – Minimum Energy Performance Standards, **MURE** – Mesures d’Utilisation Rationnelle de l’Energie, **NEEAP** – National Energy Efficiency Action Plan, **nZEB** – nearly Zero Energy Buildings, **R&D** – Research and Development